

Centrais Eólicas Da Prata S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais 3

Demonstrações dos resultados 4

Demonstrações dos resultados abrangentes 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 6

Demonstrações dos fluxos de caixa 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis 8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Centrais Eólicas da Prata S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Centrais Eólicas da Prata S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



**Building a better
working world**


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de junho de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

Centrais Eólicas Da Prata S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	91	82
Investimentos de curto prazo	3	3.856	11.149
Contas a receber de clientes		1.867	1.811
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		200	108
Outros tributos a recuperar		151	170
Outros ativos		230	37
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		6.395	13.357
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Tributos diferidos		276	301
Imobilizado, líquido	4	69.320	73.956
Intangível, líquido		11	20
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		69.607	74.277
TOTAL DO ATIVO		76.002	87.634
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores		354	148
Conta de ressarcimento	5	2.457	-
Passivo de arrendamento		26	29
Tributos e contribuições sociais a pagar		409	233
Tributos a pagar		88	73
Provisão para custos socioambientais		-	14
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	6	71	72
Outras obrigações		6	6
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		3.411	575
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Contas a pagar a partes relacionadas	6	8.860	14.264
Conta de ressarcimento	5	3.736	4.547
Passivo de arrendamento		2.321	2.437
Provisão para desmobilização		1.095	893
Provisões para processos judiciais e outros		77	40
Tributos diferidos		-	121
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		16.089	22.302
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito e integralizado		34.708	42.503
Reserva de lucros		20.293	20.753
Reserva de capital		1.501	1.501
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7	56.502	64.757
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		76.002	87.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Centrais Eólicas Da Prata S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	8	21.250	18.574
Custo de produção e operação de energia	9	(9.305)	(8.865)
LUCRO BRUTO		11.945	9.709
Gerais e administrativas		(3)	(14)
Outras (despesas) receitas operacionais		-	(1)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(3)	(15)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		11.942	9.694
Receitas financeiras		1.185	1.348
Despesas financeiras		(469)	(378)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	10	716	970
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		12.658	10.664
Imposto de renda e contribuição social corrente		(1.229)	(918)
Imposto de renda e contribuição social diferido		44	24
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	11	(1.185)	(894)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		11.473	9.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Centrais Eólicas Da Prata S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.473	9.770
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	11.473	9.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Centrais Eólicas Da Prata S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de capital	Reserva de lucros		Dividendos Adicionais Propostos	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva de Investimentos			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		42.503	1.501	2.507	11.562	2.992	-	61.065
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	9.770	9.770
Constituição de Reserva legal		-	-	488	-	-	(488)	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	-	6.196	(2.992)	(3.204)	-
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	-	-	(6.078)	(6.078)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7	42.503	1.501	2.995	17.758	-	-	64.757
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	11.473	11.473
Redução de capital		(7.795)	-	-	-	-	-	(7.795)
Constituição de reserva legal		-	-	574	-	-	(574)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	2.169	-	(2.169)	-
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	(3.203)	-	(8.730)	(11.933)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7	34.708	1.501	3.569	16.724	-	-	56.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Centrais Eólicas Da Prata S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
<u>Atividades operacionais:</u>			
Lucro Líquido do exercício		11.473	9.770
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	8	4.996	4.986
Atualização monetária sobre ressarcimento	9	148	77
Atualização da provisão para desmobilização	9	47	22
Juros sobre arrendamento	9	250	240
Tributos e contribuições sociais diferidos	10	(44)	(24)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	9	(1.184)	(1.346)
		15.686	13.725
Variação de ativos e passivos operacionais		2.669	1.545
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		1.555	949
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		7.002	(3.973)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.202)	(847)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(250)	(240)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		25.460	11.159
<u>Atividades de investimentos:</u>			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	4	(264)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(264)	-
<u>Atividades de financiamentos:</u>			
Dividendos pagos	6	(11.933)	(6.079)
Pagamentos de arrendamentos (principal)		(55)	(27)
Partes relacionadas - ações		(5.404)	(5.018)
Redução de capital	6	(7.795)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(25.187)	(11.124)
<u>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</u>		9	35
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		82	47
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		91	82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas da Prata S.A. (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de setembro de 2009, com sede na Fazenda Rio da Clara, Altura do KM 250 da rodovia BR-030, S/N, Zona Rural, cidade de Igarorã, estado da Bahia, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico “Araçás”.

A Companhia é controlada diretamente pela AES Tietê Eólica S.A. e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A. e pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia de Reserva (“LER”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW (i)	Garantia física MW (i)
3º LER/2010	177/2011	28/03/11	27/03/46	35 anos	2014	13	21,9	10,1

(i) Informações em MW não auditadas pelos auditores independentes.

Comercialização de energia

Em 26 de maio de 2011, a Companhia assinou contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos.

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Da Prata	3º LER/2010	CCEE	85.760	260,50	set/13	ago/33	IPCA	setembro

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 13 de junho de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, está convencida de que suas operações terão fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia fez o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adotam premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos, vida útil dos bens do imobilizado, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, recuperação dos impostos diferidos ativos e valor justo de instrumentos financeiros.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica "Investimentos de curto prazo"

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	2023	2022
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
Numerário disponível	91	82
Subtotal	91	82
<u>Investimentos de curto prazo</u>		
CDB-DI	3.856	11.149
Subtotal	3.856	11.149
Total	3.947	11.231

Em 31 de dezembro de 2023, os investimentos de curto prazo estão representados por CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 101,37% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (102,66% em 31 de dezembro de 2022).

4 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2023			2022
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65%	3.844	(1.310)	2.534
Máquinas e equipamentos (i)	4,39%	107.624	(43.150)	64.474
Imobilizado em serviço		111.468	(44.460)	67.008
Imobilizado em curso (ii)		264	-	264
Bens vinculados às concessão e autorizações		111.732	(44.460)	67.272
Direito de uso de terreno arrendado (iii)	3,57%	2.484	(436)	2.048
Total Imobilizado		114.216	(44.896)	69.320

- (i) Entre os elementos que compõem o custo de cada item do imobilizado dos ativos eólicos, estão incluídos os custos de desmontagem, remoção e restauração do local no montante de R\$1.095 (R\$893 em 31 de dezembro de 2022). O custo de desativação de ativos, equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.
- (ii) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.
- (iii) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 28 anos e depreciados a uma taxa média de 3,57%

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.844	-	-	3.844
Máquinas e equipamentos	107.472	-	152	107.624
Imobilizado em serviço	111.316	-	152	111.468
Imobilizado em curso	-	264	-	264
Bens vinculados às concessão e autorizações	111.316	264	152	111.732
Direito de uso de terreno arrendado	2.550	-	(66)	2.484
Subtotal	113.866	264	86	114.216
Depreciação / Amortização arrendamento	(39.910)	(4.986)	-	(44.896)
Total Imobilizado	73.956	(4.722)	86	69.320

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Remensuração	Provisão Desmantelamento	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.844	-	-	-	3.844
Máquinas e equipamentos	107.974	-	-	(502)	107.472
Imobilizado em serviço	111.818	-	-	(502)	111.316
Bens vinculados às concessão e autorizações	111.818	-	-	(502)	111.316
Direito de uso de terreno arrendado	2.322	-	228	-	2.550
Subtotal	114.140	-	228	(502)	113.866
Depreciação / Amortização arrendamento	(34.933)	(4.923)	-	(54)	(39.910)
Total Imobilizado	79.207	(4.923)	228	(556)	73.956

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

5 CONTAS DE RESSARCIMENTO

A Companhia opera Contratos de Energia de Reserva do LER 2010 celebrados com a CCEE, que estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância – 10%) serão apurados ao final de cada ano contratual e serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente.
- Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância (geração até 10% inferior a energia contratada) serão apurados ao final de cada quadriênio e ressarcidos em 12 parcelas mensais, após possíveis compensações com desvios positivos, iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início se suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente.
- Os ressarcimentos por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância – 30%) serão apurados ao final de cada ano contratual, valorados a 70% do preço de venda, conforme expresso nos referidos contratos e recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte.
- Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância (geração até 30% superior à energia contratada) serão apurados ao final de cada quadriênio, valorados ao preço contratual vigente e serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos, ao longo dos dois primeiros anos do quadriênio seguinte.

O primeiro quadriênio do LER 2010 se encerrou em agosto de 2017. O segundo se encerrou em agosto de 2021.

A movimentação dos saldos de ressarcimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.502
Adição / reversão	968
Atualização monetária	77
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.547
Adição / reversão	1.498
Atualização monetária	148
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.193
Circulante	2.457
Não circulante	3.736

Cronograma de processamento dos ressarcimentos

Os eventos de *Constrained-off* ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

O Despacho nº 2.303/2019 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE que suspendesse os ressarcimentos relativos aos eventos de c-off das usinas eólicas atrelados à contratação de energia elétrica no ambiente regulado e à contratação de energia de reserva até que decisão final sobre a regulação fosse tomada. Com a aprovação da Resolução Normativa ANEEL nº 927 de 2021 que estabeleceu os procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por c-off de usinas eólicas, ficou pendente por parte da CCEE a publicação de cronograma de processamento dos ressarcimentos.

Em 23/12/2022 a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e solares, considerando a energia não fornecida por c-off das usinas comprometidas com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR por Disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva - CER.

As reapurações irão considerar a regra do “período transitório” que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Os efeitos de c-off serão calculados para CCEARs e CERs com término do ano contratual até setembro de 2021.

Para o “período definitivo”, referente a outubro de 2021 em diante, a CCEE comunicou que ainda não é possível prever um cronograma de reapurações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 com os aprimoramentos das regras de comercialização em atendimento à REN nº 927/2021 não foi concluído.

Em função das restrições, que são c-off para usinas eólicas e solares, em outubro de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica - "ABEEólica" e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - "ABSOLAR", em conjunto com seus associados, ingressou com ação judicial e pedido liminar para revisão das normas atuais considerando principalmente a necessidade de ressarcimento de qualquer evento de c-off. Ainda em outubro de 2023, foi proferida decisão indeferindo o pedido liminar. Em função da negativa, em novembro de 2023 foi protocolado recurso de agravo de instrumento, o qual foi deferido.

6 PARTES RELACIONADAS

	2023	2022
Ativo		
Ativo Circulante		
Outros ativos		
Complexo ASII - Centralização estoque (i)	35	36
Subtotal	35	36
Total do ativo	35	36
Passivo		
Passivo Circulante		
Dividendos a pagar		
AES Tietê Eólica S.A. - Dividendos a pagar	71	72
Subtotal circulante	71	72
Passivo Não Circulante		
AES Tietê Eólica S.A. - ações resgatáveis (ii)	8.860	14.264
Subtotal não circulante	8.860	14.264
Total do passivo	8.931	14.336
Resultado (Receita líquida)		
Outras Receitas - AES Brasil Operações (iii)	1.878	-
Total da receita	1.878	-
Resultado (Custo de produção e operações de energia)		
Outros custos - AES Brasil Operações	(131)	-
Total do custo	(131)	-
Total do resultado	1.747	-

- (i) Com o objetivo de otimizar a eficiência operacional, a Companhia, com a interveniência de suas parceiras do complexo ASII, centralizam a gestão de estoques e o contrato prevê o repasse de peças e reserva financeira para manutenção de um saldo mínimo de estoques e possíveis aquisições de peças para reposição
- (ii) De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária de 16 de junho de 2014, os acionistas deliberaram pela aprovação de um plano de resgate de ações com condições específicas, entre as centrais eólicas e sua Controladora AES Tietê Eólica para as devidas transferências estipuladas em contrato. Devido as características destas ações, a Administração concluiu que elas representam instrumento de dívida, desta forma, classificou os valores a pagar a Controladora no passivo não circulante como partes relacionadas - ações resgatáveis. Não há um prazo previsto em contrato para os resgates das ações.
- (iii) Refere-se a indenização por não atendimento da garantia de disponibilidade operacional dos ativos operacionais do Complexo eólico Alto Sertão II, conforme previsto em acordo de investimento entre a controladora indireta AES Operações e Itaú Unibanco.

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração dos Administradores da Companhia é realizada através da controladora, desta forma, não há valores referentes a remuneração dos administradores nesta demonstração contábil.

7 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$34.708 representado por 72.047.966 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	2023	2022
	Ordinárias	Ordinárias
	Quantidade	Quantidade
Acionistas		
AES Tietê Eolica S.A.	72.047.966	72.047.966
Total das ações ordinárias	72.047.966	72.047.966

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R\$34.708 (R\$42.503 em 31 de dezembro de 2022) representado por 72.047.966 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Redução de capital

Em 30 de janeiro de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de redução de capital da Companhia no montante de R\$7.795, sem alteração na quantidade de ações de emissão da Companhia. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976.

7.2 Reserva de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei, em 31 de dezembro de 2023 constituiu uma reserva de R\$574 (R\$488 em 31 de dezembro de 2022).

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a legislação, constituiu uma reserva de R\$2.169 (R\$6.196 em 31 de dezembro de 2022).

7.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia distribuiu dividendos intermediários no montante de R\$11.933. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

8 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia Reserva (LER)

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

A tabela a seguir apresenta a receita operacional líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

	2023	2022
Contratos de energia eólicos	21.673	20.245
Ressarcimento de energia	(1.498)	(968)
Partes relacionadas (nota 6)	1.878	-
Mercado de curto prazo	2	-
Receita operacional bruta	22.055	19.277
(-) PIS e COFINS	(805)	(703)
Receita operacional líquida	21.250	18.574

9 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2023	2022
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos com partes relacionadas (nota 6)	(131)	-
Mercado de curto prazo	(7)	(2)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(1.348)	(1.043)
Taxa de fiscalização ANEEL	(91)	(83)
Subtotal	(1.577)	(1.128)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(2.145)	(2.026)
Material	(167)	(344)
Depreciação e amortização	(4.996)	(4.986)
Outros custos operacionais	(420)	(381)
Subtotal	(7.728)	(7.737)
Total	(9.305)	(8.865)

10 RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	1.184	1.346
Outras receitas financeiras	1	2
Subtotal	1.185	1.348
Despesas financeiras		
Atualização provisão desmobilização	(47)	(22)
Atualização ressarcimento (nota 5)	(148)	(77)
Juros sobre arrendamento	(250)	(240)
Tarifas e encargos bancários	(24)	(39)
Subtotal	(469)	(378)
Total Líquido	716	970

11 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional tributável	23.496	20.071	23.496	20.071
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Lucro presumido	1.880	1.606	2.820	2.409
Outras receitas	1.556	953	1.556	953
Base de cálculo	3.436	2.559	4.376	3.362
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(515)	(384)	(394)	(303)
Desconto excedente a R\$ 240 ano	(320)	(232)	-	-
Outros ajustes	-	1	-	-
IRPJ e CSLL corrente	(835)	(615)	(394)	(303)
IRPJ e CSLL diferido	29	15	15	9
IRPJ e CSLL no resultado	(806)	(600)	(379)	(294)
Alíquota efetiva	23,5%	23,4%	8,7%	8,7%

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

12.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2023		2022		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa (numeração disponível)	3	91	91	82	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	3	3.856	3.856	11.149	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		1.867	1.867	1.811	Custo amortizado
Total		5.814	5.814	13.042	13.042
PASSIVO (Circulante e não circulante)					
Fornecedores		354	354	148	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	5	6.193	6.193	4.547	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		2.347	2.347	2.466	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	6	71	71	72	Custo amortizado
Total		8.965	8.965	7.233	7.233

12.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's* ou *Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior a R\$8.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	91	82
Investimentos de curto prazo	3.856	11.149
Contas a receber de clientes	1.867	1.811
Total	5.814	13.042

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	354	-	-	-	-	354	148
Passivo de arrendamento	7	20	30	111	2.261	2.429	2.466
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	71	-	-	-	71	72
Total	361	91	30	111	2.261	2.854	2.686

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2023.

(b.3) Riscos de taxas de juros

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	2023	2022
Investimentos de curto prazo	3.856	11.149
Conta de ressarcimento	(6.193)	(4.547)
Total	(2.337)	6.602

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e ressarcimento.

Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,66%	10,22%	12,77%	15,33%
Investimentos de curto prazo	CDI	3.856	197	295	394	492	591
Impacto no resultado			197	295	394	492	591
Total da exposição líquida			197	295	394	492	591

Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(6.193)	(120)	(180)	(240)	(300)	(360)
Impacto no resultado			(120)	(180)	(240)	(300)	(360)
Total da exposição líquida			(120)	(180)	(240)	(300)	(360)

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Nova Energia S.A, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto.

Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, nos termos da Resolução nº 927/2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a referida Resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58 e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, referente ao período referido acima como passado. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a) Reconhecimento de restrições energéticas;
- b) Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c) Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*.

Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para os solares. Quando o regramento final para ambas as fontes for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEOLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.

13 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de maio de 2024, a controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação de seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren.

A conclusão da Operação está sujeita à obtenção das autorizações aplicáveis, incluindo a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, bem como à ratificação da celebração do Acordo pelo conselho de administração da AES Brasil.